

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1. Informações Gerais

#### 2. Baixa de iniciativas – indicação de discussão (Comissão ou Plenário)

- a) [Projeto de Resolução n.º 619/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda que o Governo inicie o procedimento, junto do Conselho da União Europeia, para que o movimento Huti seja designado como uma organização terrorista
- b) [Projeto de Resolução n.º 645/XVI/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que exprima o desagrado de Portugal junto da República da África do Sul pela recente aprovação de uma lei de expropriação de terras.

#### 3. Distribuição e nomeação de relator das seguintes iniciativas:

[Proposta de Resolução n.º 2/XVI/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova, para ratificação, as emendas ao Acordo Constitutivo do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, adotadas pelas Resoluções n.ºs 259 e 260, na 32.ª Reunião Anual do Conselho de Governadores, realizada em Samarcanda, Uzbequistão, a 18 de maio de 2023.

**Deputado relator:** PS

- [Proposta de Lei n.º 47/XVI/1.ª\(GOV\)](#) - Aprova o novo Estatuto da Carreira Diplomática.

**Deputado relator:** PSD

#### 4. Apreciação e votação do parecer de assentimento para deslocação de S.ª Excelência o Presidente da República à República Federativa do Brasil, entre os dias 16 e 20 do corrente mês de fevereiro, em visita oficial, a convite do seu homólogo. [Projeto de Resolução n.º 666/XVI/1.ª \(PAR\)](#)

#### 5. Discussão e votação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 579/XVI/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que participe nas operações de evacuação médica da Faixa de Gaza.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

6. Discussão e votação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 482/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que promova, no plano internacional, a defesa da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito na Geórgia.
7. Discussão e votação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 623/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas especiais de reforço da rede consular portuguesa.
8. Discussão e votação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 625/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que defina um novo quadro de incentivos ao associativismo juvenil no estrangeiro.
9. Discussão e votação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 515/XVI/1.ª \(L\)](#) - Recomenda o desenvolvimento de esforços para a adoção de uma Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Mais Velhas.
10. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 490/XVI/1.ª \(IL\)](#) - De solidariedade com Parastoo Ahmadi e todos os artistas que ousam desafiar a opressão no Irão.
11. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 496/XVI/1.ª \(BE\)](#) - De condenação pela intenção do presidente eleito dos Estados Unidos da América de deportar milhares de portugueses.
12. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 515/XVI/1.ª \(BE\)](#) - De condenação a Elon Musk, pela interferência política em vários países europeus.
13. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 522/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - De saudação pelos 100 anos da Associação Atlética Portuguesa - Rio de Janeiro.
14. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 523/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - De saudação pelos 95 anos da Casa dos Poveiros – Rio de Janeiro.
15. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 525/XVI/1.ª \(PSD e CDS-PP\)](#) - De congratulação pela assinatura do acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas.
16. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 530/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - De saudação pelos 25 anos da Casa das Beiras - Toronto.
17. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 540/XVI/1.ª \(PSD, PS, CH, IL, BE, L, CDS-PP, PAN\)](#) - De saudação pelo Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

18. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 541/XVI/1.ª \(PCP\)](#) - De saudação pelos 80 anos da libertação pelo Exército Soviético do Campo de Concentração de Auschwitz.
19. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 542/XVI/1.ª \(IL\)](#) - De condenação pela Fraude Eleitoral nas Eleições Presidenciais de 2025 na Bielorrússia
20. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 544/XVI/1.ª \(CH\)](#) - De condenação das eleições presidenciais realizadas na República da Bielorrússia a 26 de Janeiro.
21. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 548/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) - De condenação pela manipulação eleitoral nas presidenciais de 2025 na Bielorrússia.
22. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 559/XVI/1.ª \(L\)](#) - De condenação pelas declarações do Presidente Donald Trump preconizando a limpeza étnica do território palestino de Gaza.
23. Discussão e votação do relatório final relativo à [Petição n.º 282/XIV/2.ª](#) - Entrega de contribuições à Segurança Social.

Deputado relator: Flávio Martins (PSD)

24. Fixação da Redação final referente ao [Projeto de Resolução n.º 567/XVI/1ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que apele à República do Iraque que não legalize os casamentos infantis e não diminua os direitos das mulheres no casamento, no divórcio, na partilha de responsabilidades parentais e na herança.
25. Apreciação e aprovação das atas:
  - n.º 39, de 29 de janeiro de 2025;
  - n.º 40, de 29 de janeiro de 2025 – Mesa e Coordenadores;
  - n.º 41, de 4 de fevereiro de 2025.

### 26. Outros Assuntos

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

A sessão foi iniciada sob a presidência do Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), que deu as boas-vindas aos Deputados presentes. Informou que o Grupo Parlamentar do PCP tinha proposto a discussão dos pontos 17 e 18 da referida ordem do dia (OD) no início da reunião. O Grupo Parlamentar do PSD sugeriu a discussão

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

conjunta destes dois pontos da OD. Colocada à votação, esta proposta reuniu o consenso com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L, registando-se a ausência do CDS-PP.

Os **Pontos 17. e 18.** foram discutidos em conjunto.

A Deputada Paula Santos (PCP) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Referiu que o Grupo Parlamentar do PCP tinha proposto assinalar os 80 anos da libertação de Auschwitz pelo Exército Soviético, recordando os milhões de vítimas do nazi-fascismo: judeus, comunistas, soviéticos, ciganos, entre outros. Destacou o papel fundamental da URSS na derrota do nazismo e o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto (27 de janeiro). Manifestou preocupação com a reabilitação do fascismo na Europa, a destruição de memoriais soviéticos e a perseguição a comunistas e democratas. Alertou para o aumento do racismo, xenofobia, antisemitismo e outras formas de ódio. Defendeu a rejeição do branqueamento do fascismo e da sua normalização. Concluiu, realçando que o projeto de voto apresentado propunha uma homenagem às vítimas, condenação do fascismo e apelo à paz e à democracia.

O Deputado Paulo Neves (PSD) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Destacou que o projeto de voto conjunto dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE, L, CDS-PP e do PAN era abrangente e representava um consenso. Convidou o Grupo Parlamentar do PCP a juntar-se a esse projeto de voto, considerando que o seu próprio projeto de voto era demasiado ideológico. Sublinhou que o essencial era homenagear as vítimas do Holocausto, preservar a memória dos crimes do nazismo e promover a liberdade, a democracia e a paz. Defendeu que o futuro da civilização dependia da memória coletiva e da defesa desses valores. Declarou que o Grupo Parlamentar do PSD não acompanharia o projeto de voto do PCP, mas reconheceu os milhões de vítimas soviéticas da Segunda Guerra Mundial, apesar da posição atual em relação à Rússia e à Ucrânia. Concluiu reafirmando o convite ao Grupo Parlamentar do PCP para integrar o projeto de voto conjunto.

Intervieram os Deputados Pedro Delgado Alves (PS), que reafirmou o apoio ao projeto de voto n.º 540/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, L, CDS-PP, PAN), tradicionalmente aprovado por unanimidade. Destacou a importância simbólica da data, relacionada com a Shoah e o extermínio programado do povo judeu pelo regime nazi. Defendeu que a Comissão de

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas deveria remeter o projeto de voto ao Plenário para votação. Considerou que o projeto de voto do Grupo Parlamentar do PCP tratava de outro tema, centrando-se nos 80 anos da libertação de Auschwitz e nas vítimas do nazifascismo, e não especificamente na memória do Holocausto. Criticou a posição secundária dada aos judeus nesse texto, argumentando que um projeto de voto sobre a Shoah deveria enfatizá-los. Reafirmou a importância de preservar a singularidade do Holocausto e a necessidade de um voto unânime. Expressou respeito pelo repúdio ao nazifascismo no projeto de voto do Grupo Parlamentar do PCP, mas insistiu que eram temas distintos. Concluiu apelando à unanimidade na aprovação do projeto de voto sobre o Holocausto, fortalecendo o papel do Parlamento na defesa da memória das vítimas.

Ricardo Dias Pinto (CH) reafirmou o apoio ao projeto de voto n.º 540/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, L, CDS-PP, PAN), do qual o Grupo Parlamentar do CH era subscritor. Admitiu que, pelo título, poderia acompanhar o projeto de voto do Grupo Parlamentar do PCP, reconhecendo a importância da libertação de Auschwitz pelo Exército Soviético. No entanto, criticou o enviesamento ideológico do texto, argumentando que omitia as atrocidades e a opressão cometidas pelo Exército Soviético, incluindo milhões de mortes desde a família imperial russa. Apontou que a parte resolutiva do projeto de voto do Grupo Parlamentar do PCP não mencionava o título nem o seu verdadeiro objeto. Acusou o texto de tentar apagar os horrores do regime soviético, o que impedia o apoio do Grupo Parlamentar do PCP. Reiterou que o Grupo Parlamentar do PCP poderia alinhar-se com o projeto de voto n.º 540/XVI/1.<sup>a</sup>, ao qual outros Grupos Parlamentares tinham aderido. Concluiu manifestando a disponibilidade do Grupo Parlamentar do CH para essa convergência.

Rodrigo Saraiva (IL) concordou com as intervenções anteriores dos Grupos Parlamentares do PSD, PS e CH e afirmou não ter objeções quanto ao título e parte resolutiva do projeto de voto do Grupo Parlamentar do PCP. Destacou a importância de rejeitar o branqueamento do fascismo, mas também de não romancear outras ideologias que causaram milhões de mortes. Criticou o projeto de voto do Grupo Parlamentar do PCP por tender a esse branqueamento. Reafirmou o apoio ao projeto de voto subscrito por oito das nove forças políticas no Parlamento. Apelou à unanimidade na sua aprovação.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

Ricardo Dias Pinto (CH) concordou com a posição do Grupo Parlamentar do PS sobre a importância das instituições. Afirmou que o antissemitismo atual em Portugal era principalmente representado pela esquerda e extrema-esquerda.

Rui Tavares (L) destacou que cada tragédia devia ser condenada no seu devido contexto, considerando ofensivo misturar o Holocausto com outros crimes ou instrumentalizá-lo politicamente. Criticou a tentativa de usar o antissemitismo como arma política, lembrando que existiu tanto à esquerda como à direita, mencionando a manifestação antissemita de Charlottesville e o apoio de Trump. Apontou a extrema-direita e a direita nacionalista como historicamente ligadas ao antissemitismo. Questionou o Grupo Parlamentar do PCP sobre a sua posição em relação ao projeto de voto n.º 540/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, L, CDS-PP, PAN) subscrito por oito grupos parlamentares e sugeriu incluir a referência ao Exército Soviético na libertação de Auschwitz, caso isso facilitasse um consenso. Afirmou não se opor à menção histórica relativamente à libertação de Auschwitz. Defendeu a importância de um projeto de voto parlamentar o mais consensual possível, face ao negacionismo crescente. Concluiu apelando à união contra o esquecimento do Holocausto.

Paulo Neves (PSD) reforçou a posição do Grupo Parlamentar do PSD, defendendo que, perante a tragédia do Holocausto, devia prevalecer aquilo que une e não o que separa. Considerou negativo que um projeto de voto sobre o Holocausto não fosse acompanhado por todos os Grupos Parlamentares. Apelou ao Grupo Parlamentar do PCP para se juntar ao projeto de voto dos restantes Grupos Parlamentares e dispensar uma proposta sem unanimidade garantida. Recordou que o Holocausto foi um dos maiores horrores da Europa, cuja memória ainda envergonhava o continente. Argumentou que os projetos de votos não eram aulas de história, mas admitiu incluir referências para evitar divisões. Defendeu que a solução mais prática e consensual seria a adesão do Grupo Parlamentar do PCP a um possível projeto de voto da Comissão.

Paula Santos (PCP) destacou que o Grupo Parlamentar do PCP tinha apresentado propostas de alteração ao projeto de voto conjunto, mas estas não tinham sido aceites. Criticou a omissão de aspetos factuais, como a União Soviética na libertação de Auschwitz e a referência exclusiva às vítimas judaicas, sem mencionar comunistas, eslavos, ciganos e antifascistas. Assinalou que o projeto de voto conjunto mencionava o recrudescimento do antissemitismo, mas ignorava o anticomunismo e o anti-islamismo. Justificou a manutenção

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

do projeto de voto do Grupo Parlamentar do PCP devido à sua maior abrangência histórica e factual. Defendeu que o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto estava ligado à libertação de Auschwitz, reforçando a importância desses aspetos.

O Presidente da Mesa reconheceu que, não havendo unanimidade, o projeto de voto n.º 540/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, L, CDS-PP, PAN), não seria enviado diretamente para Plenário, procedendo-se à votação em Comissão. Recordou a intenção de alcançar consenso, como sugerido pelo Deputado Paulo Neves (PSD).

Finalizada a discussão conjunta, os projetos de voto constantes nos **Pontos 17. e 18.** foram votados em separado.

Colocado à votação, o Projeto de voto n.º 540/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, L, CDS-PP, PAN) foi **aprovado por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, CDS-PP e L.

Colocado à votação, o Projeto de voto n.º 541/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) foi **rejeitado** com os votos contra dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, CH, IL e CDS-PP e os votos a favor do PS, BE, PCP e L.

Intervieram os Deputados Pedro Delgado Alves (PS), esclarecendo que o Grupo Parlamentar do PS acompanhava a parte resolutiva do projeto de voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, apesar de manifestar reservas quanto à exposição de motivos. Reforçou que a prioridade tinha sido dada à parte resolutiva do projeto de voto, valorizando a sua importância.

Rodrigo Saraiva (IL) informou que o Grupo Parlamentar da IL iria apresentar uma declaração de voto escrita (cfr. anexos).

No **Ponto 1.**, o Presidente da Mesa informou que no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência polaca teria lugar, nos dias 23 a 25 de março de 2025, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (CiP PESC/PCSD). Esta reunião decorreria em Varsóvia (formato presencial). Solicitou aos Grupos Parlamentares do PSD e PS a indicação, respetivamente, de um Deputado para integrar a delegação.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

Os Grupos Parlamentares do PSD e PS informaram que indicariam a delegação momento ulterior.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu nota que no anterior dia 7 de fevereiro, tinham baixaram à CNECP, para apreciação na especialidade os Projetos de Resolução n.ºs 620/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD), 621/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD), 622/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) e 624/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD). Por se considerar ser matéria da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, propôs que fossem redistribuídos a essa comissão.

Colocada à votação, a proposta de redistribuição foi **aprovada por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP e L.

No **Ponto 2.**, os Deputados Rodrigo Saraiva (IL), e Ricardo Dias Pinto (CH) indicaram que pretendiam a discussão das iniciativas dos respetivos Grupos Parlamentares em Comissão.

No **Ponto 3.**, os Grupos Parlamentares do PS e PSD indicaram como relatores, respetivamente, os Deputados João Paulo Rebelo (PS) e Paulo Neves (PSD).

No **Ponto 4.**, colocado à votação, o parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República à República Federativa do Brasil foi **aprovado por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE e PAN, registando-se a ausência do PCP, L e CDS-PP.

No **Ponto 5.**, o [relatório de votação](#) consta na página da iniciativa.

No **Ponto 6.**, o [relatório de votação](#) consta na página da iniciativa.

No **Ponto 7.**, o [relatório de votação](#) consta na página da iniciativa.

O Presidente da Mesa informou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP tinha solicitado a discussão do **Ponto 21.**, conjuntamente com os **Pontos 19. e 20.**, no imediato. Colocada à votação, esta proposta reuniu o consenso com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP e L.



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

Os **Pontos 19., 20., e 21.**, foram discutidos em conjunto.

O Deputado Paulo Nuncio (CDS-PP) apresentou o projeto de voto n.º 548/XVI/1.ª (CDS-PP), tendo começado por situá-lo e enquadrá-lo. Considerou as últimas eleições na Bielorrússia uma farsa, sem oposição real, transparência ou observadores independentes. Destacou o agravamento da perseguição política desde 2020, com mais de 1200 presos políticos, incluindo jornalistas. Referiu o apoio ativo do regime de Lukashenko à Rússia na guerra contra a Ucrânia. Defendeu que o Parlamento português devia condenar a fraude eleitoral, recomendar sanções à Bielorrússia e exigir a libertação imediata dos presos políticos.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL) apresentou o projeto de voto n.º 542/XVI/1.ª (IL), tendo começado por situá-lo e enquadrá-lo. Levantou dúvidas processuais sobre a agregação dos votos. Complementou a intervenção do Deputado Paulo Nuncio (CDS-PP), sublinhando que as eleições na Bielorrússia tinham sido “mais uma fraude” de Lukashenko. Destacou a solidariedade contínua do Grupo Parlamentar da IL com o povo bielorrusso e apelou a uma preocupação coerente de todos os Grupos Parlamentares. Mencionou um projeto de lei sobre um visto humanitário, que permitiria proteger bielorrussos perseguidos pelo regime, lamentando que nem todos os Grupos Parlamentares o tivessem apoiado.

O Deputado Manuel Magno (CH) apresentou o projeto de voto n.º 544/XVI1.ª (CH), tendo começado por situá-lo e enquadrá-lo. Destacou que, 31 anos depois, a Bielorrússia tinha passado de uma democracia emergente para uma autocracia repressiva e um posto avançado da nova cortina de ferro na Europa. Afirmou que o Grupo Parlamentar do CH votaria favoravelmente os projetos de voto dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e da IL, considerando inaceitável a “encenação grotesca” das recentes eleições no país, que decorreram sem oposição, sem imprensa livre e sem justiça. Apelou à comunidade internacional para manter a pressão sobre Lukashenko até ocorrer uma transformação política.

Intervieram os Deputados Bruno Ventura (PSD), afirmando que o Grupo Parlamentar do PSD acompanharia o conteúdo dos três projetos de voto apresentados. Por fim, manifestou apoio à agregação dos projetos de voto num texto conjunto, caso os restantes Grupos Parlamentares concordassem.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

Rodrigo Saraiva (IL) solicitou cuidado na agregação dos projetos de voto, especialmente no título, para evitar a nuance semântica presente no título da iniciativa do Grupo Parlamentar do CH, que condena as eleições em vez da fraude eleitoral. Destacou que os Grupos Parlamentares da IL e do CDS-PP condenavam a fraude e não o ato eleitoral em si, solicitando que o título final fosse alinhado com essa posição.

João Paulo Rebelo (PS) informou que o Grupo Parlamentar do PS acompanhava os três projetos de voto que foram apresentados, na expectativa também que pudesse resultar um texto comum.

Colocados à votação, os Projetos de voto n.º 542/XVI/1.ª (IL), n.º 544/XVI/1.ª (CH) e n.º 548/XVI/1.ª (CDS-PP) foram **aprovados por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP e do L.

O Grupo Parlamentar da IL ficou responsável pela elaboração do texto conjunto.

No **Ponto 8.**, o [relatório de votação](#) consta na página da iniciativa.

No **Ponto 9.**, o [relatório de votação](#) consta na página da iniciativa.

No **Ponto 10.**, o Deputado Rodrigo Saraiva (IL) apresentou a iniciativa tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Destacou a coragem de Parastoo Ahmadi ao realizar um concerto sem hijab no Irão, acompanhado por quatro músicos, que também tinham sido detidos. Recordou que a luta do povo iraniano contra o regime de Teerão tinha-se intensificado após o assassinato de Mahsa Amini em 2022. Mencionou ainda o caso de Daryayee, estudante detida por protestar contra o hijab, levada para um hospital psiquiátrico, onde tinha sido diagnosticada com problemas psiquiátricos após a detenção. Sublinhou que o Irão continuava a reprimir opositores e que alguns dos músicos continuavam desaparecidos. Defendeu que a Assembleia da República devia expressar solidariedade e admiração pela resistência das mulheres iranianas.

Intervieram os Deputados Manuel Magno (CH), Paulo Pisco (PS), Bruno Ventura (PSD) e a Deputada Marisa Matias (BE) para informar que os respetivos Grupos Parlamentares acompanhariam a iniciativa apresentada.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

Paulo Neves (PSD) questionou se havia possibilidade de garantir que Parastoo Ahmadi teria conhecimento da decisão do Parlamento português. Reconheceu a dificuldade do processo, mas sugeriu que poderia ser viável através de organizações como a Amnistia Internacional. Destacou a importância de a artista saber que a sua coragem tinha sido reconhecida e que o Parlamento português tinha apreciado, discutido e votado a questão.

Marisa Matias (BE) referiu que, no Parlamento Europeu, era habitual contactar os advogados das cidadãs detidas, pois eram dos poucos com acesso às mesmas. Sugeriu ser uma forma viável de garantir que Parastoo Ahmadi tivesse conhecimento da decisão do Parlamento português.

Rodrigo Saraiva (IL) informou que o Grupo Parlamentar da IL teria contactos não diretos com Parastoo Ahmadi, acreditando que seria possível fazer-lhe chegar a informação sugerida.

Colocado à votação, o projeto de voto foi **aprovado por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e BE, registando-se a ausência do PCP, CDS-PP e do L.

No **Ponto 11.**, a Deputada Marisa Matias (BE) apresentou a iniciativa tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Salientou que, embora sejam apenas intenções do Presidente eleito dos E.U.A. sobre a deportação de cidadãos, incluindo portugueses, as autoridades portuguesas, em particular o Governo Regional dos Açores, já se tinha preparado para essa eventualidade, uma vez que a lista podia abranger milhares de pessoas. Recordou que deportações não são uma novidade, mas alertou para o caráter discricionário da nova política da administração Trump podia afetar cidadãos com vida organizada e cumpridores das suas obrigações. Destacou que essas ações já tinham ocorrido no passado, mas agora havia um risco acrescido devido às novas diretrizes políticas. Reforçou que a situação exigia uma resposta firme e que o Parlamento português devia condenar essas intenções. Apelou ao apoio da maioria dos Grupos Parlamentares para aprovar o projeto de voto de condenação.

Intervieram os Deputados Ricardo Dias Pinto (CH), afirmando que o Grupo Parlamentar do CH não iria acompanhar a iniciativa em apreço, pois considerava que ilegal significava ilegal, sem exceções. Defendeu que essa posição se aplicava tanto a migrantes estrangeiros em

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

Portugal como a portugueses no estrangeiro. Reforçou a necessidade de coerência na aplicação das leis e justificou a rejeição da iniciativa com base nesse princípio.

Paulo Pisco (PS) felicitou o Grupo Parlamentar do BE pelo projeto de voto apresentado sobre as ameaças de deportação pela administração Trump, considerando que muitas dessas medidas, inicialmente vistas como absurdas, tinham sido implementadas. Destacou que 11 milhões de imigrantes estariam em risco, sendo 7 a 8 milhões integrados no mercado de trabalho. Referiu que as deportações não seriam novas, mas agora incluíam portugueses do continente, Madeira e Açores, bem como luso-venezuelanos e luso-brasileiros. Criticou a visão que associava imigração a criminalidade e alertou para a desumanidade da expulsão indiscriminada de pessoas. Mencionou que 360 portugueses já estariam identificados pelos serviços de Imigração e Alfândega dos E.U.A. para deportação e que mais de 4.000 estariam em situação irregular. Sublinhou o estado de pânico entre portugueses nos E.U.A., muitos sem sair de casa por medo. Acusou Grupos Parlamentares de desvalorizarem a situação e pediu seriedade na discussão. Lamentou a ausência de resposta por parte do Governo português, mencionando um requerimento do Grupo Parlamentar do PS para ouvir o Secretário de Estado das Comunidades. Concluiu assegurando que o Grupo Parlamentar do PS acompanharia o projeto de voto do Grupo Parlamentar do BE.

Paulo Neves (PSD) negou que o Grupo Parlamentar do PSD e o Governo português estivessem a desvalorizar o tema, garantindo que estavam atentos e a acompanhar a situação com discrição e dedicação. Criticou o Grupo Parlamentar do BE, considerando o projeto de voto alarmista e afastado da realidade, uma vez que o Presidente Trump nunca tinha mencionado especificamente portugueses. Recordou que outras administrações tinham deportado milhões de imigrantes ilegais, destacando que o ex-Presidente Barack Obama tinha expulsado 3 milhões. Defendeu que permanecer ilegalmente num país era crime, independentemente das circunstâncias. Reafirmou o compromisso do Grupo Parlamentar do PSD em pressionar o Governo português para agir com responsabilidade. Assegurou que até ao momento nenhum português tinha sido deportado pelo Presidente Trump e que os Açores já tinham recebido mais de 100 deportados em anos anteriores. Garantiu que o Governo dos Açores estava preparado para eventuais deportações. Insistiu que o Governo português estava atento e que as acusações do Grupo Parlamentar do PS eram injustas e exageradas.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

Ricardo Dias Pinto (CH) concordou com as preocupações manifestadas pelo Deputado Paulo Pisco (PS), mas reforçou que "ilegal era ilegal" e que os repatriamentos deviam ocorrer sem exceções. Assegurou que o Grupo Parlamentar do CH apresentaria propostas para que portugueses deportados tivessem prioridade sobre outros migrantes no acesso a apoios sociais e integração no mercado de trabalho.

Marisa Matias (BE) clarificou que as deportações dos E.U.A. sempre tinham ocorrido, mas que desta vez resultavam de uma ameaça pública e reiterada do Presidente Trump. Justificou a referência a milhares de portugueses com base em listas oficiais, como as do Senado e do Serviço de Imigração e Alfândega dos E.U.A.. Defendeu que a maioria dos afetados estaria integrada na sociedade, trabalhava e contribuía, mas algumas famílias poderiam ser separadas devido às deportações. Alertou para a criminalização dos imigrantes ilegais, criando um ambiente de medo e pânico entre as comunidades portuguesas. Criticou a falta de condenação destas políticas, que atribuiu ao facto de serem promovidas pelo Presidente Trump. Lamentou a incoerência de se discutirem medidas de apoio às comunidades portuguesas enquanto se ignorava aquele problema. Reforçou a necessidade de um projeto de voto de solidariedade e condenação das intenções de deportação.

Colocado à votação, o projeto de voto foi **rejeitado** com os votos contra dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD e CH, votos a favor do PS, BE e L e registando-se a ausência da IL, do PCP e do CDS-PP.

No **Ponto 12.**, a Deputada Marisa Matias (BE) apresentou a iniciativa tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Condenou a interferência política de Elon Musk, considerando essencial que a Assembleia da República se posicionasse contra esse fenómeno. Destacou o uso da plataforma X para influenciar eleições na Europa, nomeadamente através do apoio à extrema-direita alemã (AfD). Alertou para a proliferação de desinformação, discurso de ódio e teorias da conspiração, potenciados pelo controlo algorítmico da rede X. Citou um comissário europeu que tinha alertado para o perigo das grandes plataformas *online* na distorção do debate eleitoral. Recordou ainda casos anteriores no Reino Unido, onde a manipulação das redes sociais tinha afetado a política nacional. Reforçou que essas interferências não eram isoladas e tinham vindo a expandir-se na Europa. Considerou que tal influência representava um ataque à democracia e exigia uma resposta firme. Defendeu que a Assembleia da República devia aprovar um projeto de voto de condenação contra a

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

atuação de Elon Musk. Apelou à unanimidade no Parlamento português para reforçar a defesa de eleições livres e justas.

Intervieram os Deputados Ricardo Dias Pinto (CH), que justificou a oposição do Grupo Parlamentar do CH relativamente à iniciativa em apreço, defendendo que a coerência exigiria condenar todas as interferências políticas, independentemente da origem ideológica. Criticou a ausência de condenação dos apoios de Jorge Soros a nível mundial e do apoio público de Barack Obama a Emmanuel Macron em França. Argumentou que o projeto de voto apresentado era sectário, pois apenas visava um lado do espectro político. Considerou que uma posição coerente teria de abranger todos os casos de influência externa.

Paulo Neves (PSD) reforçou que o Grupo Parlamentar do PSD condenava qualquer interferência externa nos processos eleitorais europeus, independentemente da origem. Defendeu os valores da liberdade de expressão, democracia e Estado de Direito. No entanto, criticou o projeto de voto do Grupo Parlamentar do BE por ter um objetivo claro de personalização, referindo-se a uma figura e administração específicas. Esclareceu que o Grupo Parlamentar do PSD preferia debater princípios e não indivíduos. Reiterou a rejeição de qualquer ameaça à independência política e eleitoral na Europa. Concluiu, informando que o Grupo Parlamentar do PSD acompanhava a condenação da interferência externa, mas sem personalizar o debate.

João Paulo rebelo (PS) afirmou que o Grupo Parlamentar do PS acompanharia o projeto de voto apresentado, mas sugerindo ajustar o título para "condenação à interferência de Elon Musk" e não apenas "condenação a Elon Musk", evitando a personalização. Expressou curiosidade sobre se um projeto de voto contra a rede social X atenderia aos critérios do Grupo Parlamentar do PSD. Reforçou que todos condenavam interferências externas, independentemente da origem. Destacou que o Grupo Parlamentar do PS se preocupava especialmente quando essas interferências vinham de figuras que não respeitavam os regimes democráticos e a liberdade. Concluiu reafirmando o apoio favorável ao projeto de voto apresentado.

Rui Tavares (L) manifestou apoio ao projeto de voto apresentado e destacou a diferença entre a participação legítima no debate público e a influência financeira de oligarcas em campanhas eleitorais, prática condenável e regulada por leis. Mencionou o uso abusivo de

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

plataformas para favorecer candidatos, citando um caso na Roménia, onde um candidato tinha tido 400 vezes mais exposição sem custos, num espaço que valeria 1 milhão de euros, sob controle do Partido Comunista Chinês. Comparou essa situação ao TikTok, Russia Today e Rede X de Elon Musk, defendendo que a regulação das redes sociais devia acompanhar a dos meios de comunicação tradicionais.

Marisa Matias (BE) aceitou a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS para alterar o título para "condenação à interferência política em vários países europeus". Destacou a diferença entre um simples vídeo de apoio e a interferência política e eleitoral das plataformas, considerando aquele debate apenas o início de um tema que continuaria a ser discutido. Defendeu a regulação das redes sociais, tal como já existia para os meios de comunicação tradicionais, alertando para o desequilíbrio criado pelos algoritmos, que controlavam o que os utilizadores viam, independentemente da veracidade. Reforçou que não se podiam ignorar aquelas influências e apelou à defesa ativa da democracia.

Ricardo Dias Pinto (CH) esclareceu que o vídeo de apoio de Barack Obama não tinha sido apenas difundido nas redes sociais, mas transmitido inicialmente numa televisão tradicional internacional, sublinhando a relevância do emissor.

Marisa Matias (BE) referiu não se tratar do mesmo assunto. Diferenciou a partilha individual de conteúdos nas redes sociais da promoção controlada por plataformas, destacando que o proprietário da rede tinha poder sobre algoritmos e informação de forma não regulada. Reforçou que aquela influência não podia ser ignorada.

O Deputado Paulo Neves (PSD) informou que o Grupo Parlamentar do PSD iria apresentar uma declaração de voto escrita (cfr. anexos).

Colocado à votação, o projeto de voto foi **rejeitado** com os votos contra dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD e CH, votos a favor do PS, BE e L e registando-se a ausência da IL, do PCP e do CDS-PP.

Interveio o Deputado Paulo Neves (PSD) para solicitar a apresentação, discussão e votação consecutiva dos **Pontos 13., 14. e 16.** Colocada à votação, esta proposta reuniu o consenso

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e L, registando-se a ausência do BE, PCP e CDS-PP.

Nos **Pontos 13., 14. e 16.**, o Deputado Flávio Martins (PSD) apresentou as iniciativas tendo começado por situá-las e enquadrá-las. Assinalou o centenário da Associação Atlética Portuguesa no Rio de Janeiro, destacando a sua importância desportiva e social na Ilha do Governador. Destacou o Clube de Regatas Vasco da Gama como o mais conhecido, mas reforçou a relevância da Associação Atlética Portuguesa. Referiu ainda o projeto de voto n.º 523/XVI/1.ª (PSD), que celebrava os 95 anos da Casa dos Poveiros, uma das mais tradicionais no Rio de Janeiro, promovendo a Póvoa de Varzim e o norte de Portugal. Destacou também o projeto de voto n.º 530/XVI/1.ª (PSD), que saudava os 25 anos da Casa das Beiras de Toronto, uma instituição de grande significado para a comunidade luso-canadiana. Concluiu reafirmando a importância de celebrar estas efemérides.

Colocados à votação, os projetos de voto n.º 522/XVI/1.ª (PSD), n.º 523/XVI/1.ª (PSD) e n.º 530/XVI/1.ª (PSD) foram **aprovados por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e L, registando-se a ausência do BE, PCP e CDS-PP.

Interveio o Deputado Rui Tavares (L) solicitando a antecipação do **Ponto 22.** Colocada à votação, esta proposta reuniu o consenso com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e L, registando-se a ausência do BE, PCP e CDS-PP.

No **Ponto 22.**, o Deputado Rui Tavares (L) apresentou a iniciativa tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Referindo-se aos **Pontos 13., 14. e 16.**, saudou a Associação Atlética Portuguesa do Rio de Janeiro pelo seu centenário, destacando o papel das associações luso-brasileiras. Relativamente ao projeto de voto n.º 559/XVI/1.ª (L), referiu a mudança de paradigma internacional com a nova presidência dos E.U.A. e o impacto na inviolabilidade das fronteiras e na condenação da limpeza étnica. Abordou as declarações do Presidente Donald Trump sobre a retirada de quase 2 milhões de palestinianos de Gaza, território reconhecido pelo Direito Internacional. Defendeu que tais declarações deviam ser condenadas, como se fez com Vladimir Putin sobre a Ucrânia e Nicolás Maduro sobre a



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

Guiana. Reforçou que o líder da maior potência mundial não podia fazer afirmações daquele tipo sem repercussões.

Intervieram os Deputados Ricardo Dias Pinto (CH), criticando o que considerou ser um exagero nas palavras e considerou injusta a comparação entre o Holocausto e as declarações do Presidente Trump. Rejeitou a ideia de limpeza étnica neste caso e afirmou que o Grupo Parlamentar do CH não acompanharia aquela posição.

Paulo Neves (PSD) afirmou que o Grupo Parlamentar do PSD mantinha uma posição clara e coerente sobre a questão palestiniana, defendendo a existência de dois Estados, Israel e Palestina, com os seus próprios territórios e populações. Reforçou que essa posição se mantinha independentemente de estar na oposição ou no governo. Alertou para o uso excessivo de expressões como "limpeza étnica", considerando que podia desvalorizar acontecimentos históricos graves. Destacou que Israel tinha direito à segurança e a Palestina ao seu território. Recusou entrar em jogos de palavras que considerava distorcerem o debate. Reiterou que a defesa do povo palestiniano não devia ser confundida com definições imprecisas.

Rodrigo Saraiva (IL) esclareceu que o Grupo Parlamentar da IL votaria a favor do projeto de voto caso se limitasse à parte resolutiva, que condena as declarações de Donald Trump sobre Gaza e reafirmou a posição de Portugal na defesa de dois Estados. No entanto, destacou que o projeto de voto incluía outros elementos, tanto no título como nos considerandos, que levantam questões. Solicitou ao Grupo Parlamentar do L, que retirasse as expressões "preconizando a limpeza étnica" do título e "limpeza étnica do povo palestiniano" do último parágrafo. Considerou que a citação do secretário-geral da ONU poderia manter-se, mas solicitou essa alteração para definir o sentido de voto do Grupo Parlamentar da IL.

Paulo Pisco (PS) criticou a tentativa da direita de justificar as ações da administração Trump, considerando-as uma limpeza étnica à luz do Direito Internacional. Recordou que a limpeza étnica na Palestina tinha começado logo após a criação do Estado de Israel, com o Nakba, e que o território palestiniano tinha sido reduzido a menos de 10% do inicialmente atribuído. Destacou que o atual governo israelita era o mais extremista de sempre e alertou para a deslocação forçada de 2 milhões de pessoas em Gaza. Afirmou que países como Egito, Jordânia e Síria já tinham rejeitado essa possibilidade e denunciou a cumplicidade

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

internacional perante expulsões e expropriações na Cisjordânia. Criticou a governação do Presidente Trump por ignorar o direito internacional e os direitos humanos. Acusou o Grupo Parlamentar do PSD de incoerência na defesa da solução dos dois Estados, afirmando que, com a deslocação dos palestinianos, essa solução morreria. Concluiu que, caso isso acontecesse, a Palestina deixaria de ter palestinianos e seria apenas uma lembrança histórica.

Paulo Neves (PSD) reafirmou a posição do Grupo Parlamentar do PSD e rejeitou as considerações feitas pelo Deputado Paulo Pisco (PS), considerando-as incorretas. Negou qualquer mudança na posição histórica do Grupo Parlamentar do PSD e sublinhou que aquele sempre tinha defendido a existência de dois Estados. Expressou horror perante a hipótese de remoção da população palestiniana da Palestina. Informou que o Grupo Parlamentar do PSD entregaria uma declaração de voto (cfr. anexos).

Marisa Matias (BE) apoiou a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do L e destacou que, após meses de conflito, mais de 47 mil pessoas tinham sido mortas, com números provavelmente superiores. Criticou a falta de condenação à expropriação de 40% do território palestiniano e à crescente ofensiva na Cisjordânia. Reforçou que "limpeza étnica" era um termo do direito internacional, usado no Ruanda (1994), Srebrenica (1995) e Mianmar (2017), questionando por que havia hesitação em aplicá-lo agora. Apontou que países vizinhos, como a Jordânia e o Líbano, já tinham abrigado milhões de refugiados palestinianos. Defendeu que a prioridade devia ser o regresso dos deslocados e a reconstrução, em vez de debates semânticos. Criticou a falta de coragem para condenar as declarações do Presidente Trump, que incentivavam a violação do direito internacional.

Paulo Neves (PSD) esclareceu que o partido PSD tinha condenado firmemente os casos de Ruanda e Mianmar no Parlamento Europeu. Reafirmou a posição clara do partido sobre estas tragédias.

Rui Tavares (L) esclareceu que não havia comparação direta entre o Holocausto e a situação em Gaza, mas que ambos eram condenáveis. Defendeu que a remoção forçada de 2 milhões de pessoas configurava uma limpeza étnica segundo o Direito Internacional. Referiu o caso dos arménios no Azerbaijão como exemplo de condenação unânime. Propôs alterações ao texto da iniciativa em apreço para incluir a rejeição total da limpeza étnica em qualquer dos

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

territórios. Destacou que também a expulsão da população judaica entre o rio e o mar pelo Hamas devia ser condenada. Aceitou modificar a parte deliberativa da iniciativa em apreço para condenar explicitamente as declarações do Presidente Trump e rejeitar qualquer limpeza étnica.

Rodrigo Saraiva (IL) manifestou a sua concordância quanto à alteração do texto da iniciativa em apreço, destacando alterações no título e no último parágrafo. Defendeu a remoção de expressões polémicas, mantendo a condenação da ocupação ilegal e da negação do direito à autodeterminação da Palestina. Reforçou a necessidade de uma redação equilibrada para alargar apoios ao projeto de voto.

Paulo Neves (PSD) e João Paulo Rebelo (PS) solicitaram o adiamento da votação do texto alterado do projeto de voto em apreço para a reunião seguinte da Comissão por forma a analisar esse mesmo texto após as alterações.

No **Ponto 15**, o Deputado Bruno Ventura (PSD) apresentou a iniciativa tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Destacou a esperança na região e a importância do cessar-fogo. Sublinhou a pressão imensa da diplomacia americana, de esforços diplomáticos dos países árabes da região, que tinham acolhido a aceitação do Governo israelita e da organização terrorista do Hamas. Referiu o alívio humanitário imediato em Gaza e a libertação de reféns, incluindo crianças e idosos, cativos há mais de 400 dias. Destacou a necessidade do cumprimento integral do cessar-fogo e das suas três fases: trégua, fim permanente da guerra e reconstrução. Enfatizou o papel da diplomacia portuguesa e europeia. Concluiu, referindo que o projeto de voto refletia a fragilidade atual, mas simbolizava uma esperança política futura.

Interveio o Deputado João Paulo Rebelo (PS) para informar do apoio do Grupo Parlamentar do PS ao projeto de voto apresentado. Lamentou que, apesar do cessar-fogo, novos acontecimentos tinham surgido, prejudicando a sua efetivação. Destacou a necessidade de acompanhar a situação e reforçar o compromisso com a paz.

Colocado à votação, o projeto de voto foi **aprovado por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e BE, registando-se a ausência do PCP, L e CDS-PP.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

No **Ponto 23**, o Deputado relator Flávio Martins (PSD) apresentou o relatório final da petição n.º 282/XVI/2.ª, iniciada na XIV legislatura, sobre contribuições para a Segurança Social. Informou que a petição tinha sido submetida pelo Sindicato dos Trabalhadores Consulares, das Missões Diplomáticas e dos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros (STCDE) e representava a funcionária Germana Panarra. Referiu que em julho de 2014 tinha havido a audição de peticionários e, a 23 de janeiro de 2025, uma diligência conciliadora com Rosa Teixeira Ribeiro e o embaixador Jorge Lobo Mesquita. Manifestou que o entendimento entre as partes tinha sido alcançado, resolvendo um caso de injustiça social. Realçou que esta tinha sido a terceira ou quarta diligência conciliadora em 50 anos de democracia. Referiu que a petição tinha sido concluída na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e seria comunicada aos Grupos Parlamentares, peticionários e Presidente da Assembleia da República.

Intervieram os Deputados Paulo Pisco (PS) e Manuel Magno (CH), que felicitaram o relator.

Colocado à votação, o relatório final da petição n.º 282/XVI/2.ª foi **aprovado por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e BE, registando-se a ausência do PCP, L e CDS-PP.

No **Ponto 24**, colocada à votação, a redação final do Projeto de Resolução n.º 567/XVI/1.ª (PAN) foi **aprovada por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e BE, registando-se a ausência do PCP, L e CDS-PP.

No **Ponto 25**, colocadas à votação, as atas foram **aprovadas por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e BE, registando-se a ausência do PCP, L e CDS-PP.

No **Ponto 26**, o Presidente da Mesa informou que a reunião seguinte da Comissão teria lugar no dia 19 de fevereiro, quarta-feira, pelas 11h30.

Interveio o Deputado Paulo Pisco (PS) para a apresentação de um requerimento oral para a audição do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas *sobre o impacto na*



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL

*comunidade portuguesa a viver nos Estados Unidos da América do plano de deportação em massa anunciado por Donald Trump.*

Colocado à votação, o requerimento foi **aprovado por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH e BE, registando-se a ausência da IL, PCP, L e CDS-PP.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada pelas 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2025,

**O VICE-PRESIDENTE**

*(Carlos Eduardo Reis)*

**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

**ATA NÚMERO 43/XVI/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)  
Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Flávio Martins (PSD)  
Paulo Edson Cunha (PSD)  
Paulo Neves (PSD)  
Regina Bastos (PSD)  
João Paulo Rebelo (PS)  
Marcos Perestrello (PS)  
Paulo Pisco (PS)  
José Dias Fernandes (CH)  
Manuel Magno (CH)  
Ricardo Dias Pinto (CH)  
Rodrigo Saraiva (IL)  
Marisa Matias (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Rui Tavares (L)  
Paulo Nuncio (CDS-PP)  
Hugo Patrício Oliveira (PSD)  
André Rijo (PS)  
Cláudia Santos (PS)  
Pedro Delgado Alves (PS)  
Henrique Rocha De Freitas (CH)  
Pedro Correia (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina (PS)  
Gilberto Anjos (PS)  
Sérgio Sousa Pinto (PS)  
Diogo Pacheco De Amorim (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço (PSD)  
Edite Estrela (PS)  
José Luís Carneiro (PS)